



APAFID - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM DISLEXIA

**RELATÓRIO E CONTAS
2021**



APAFID - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM DISLEXIA

Sede Social: Rua Formosa, número 62, R/C Esquerdo, concelho e freguesia da Guarda

N.º de Contribuinte: 509765637



Asser
Polina
11/11

Relatório de Gestão

Introdução

Nos termos das disposições aplicáveis, a Direcção da APAFID - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM DISLEXIA, apresenta o RELATÓRIO DE GESTÃO referente ao exercício de 2021.

Evolução da atividade da Associação

A atividade da associação desenvolveu-se de forma normal em 2021, tendo-se executado as atividades que passamos a descrever:

- Avaliações e acompanhamentos em Psicologia, Terapia da Fala e Acompanhamento Pedagógico;
- Foram desenvolvidas atividades lúdico-pedagógicas, tais como, oficinas de artes e jogos tradicionais que decorreram nos dias 3,5,10, e 12 de agosto de 2021;
- Com o objetivo de preparar o regresso às aulas, nos dias 2, 7, 9, 14 e 15 de setembro a APAFID desenvolveu diferentes atividades cujo objetivo era trabalhar as competências de aprendizagem. Nesse sentido, as atividades realizadas foram direcionadas sobretudo para o desenvolvimento da atenção, concentração e memória, processamento auditivo, linguagem oral e escrita;
- Foram ainda desenvolvidas atividades comemorativas como por exemplo “A caça aos ovos” no Parque Municipal da Guarda como forma de assinalar a Páscoa e o Dia Mundial da Criança em que a APAFID preparou diferentes atividades ao espaço livre abertas à comunidade.
- Para assinalar o dia mundial da Dislexia (10 de outubro) a APAFID ajudou na divulgação do Projeto Escolas da Patrícia Teixeira de Abreu. A atividade consistia na distribuição de individuais com uma história alusiva à temática da Dislexia. Simultânea e complementarmente à atividade referida, a APAFID realizou ainda uma apresentação e uma atividade no Outeiro de São Miguel em que se fez uma breve abordagem ao tema da Dislexia, bem como, do impacto da problemática na vida das crianças e jovens.
- Sendo um dos objetivos da APAFID dinamizar ações de formação, durante o ano de 2021 a Associação promoveu duas formações, designadamente:
 - Curso de introdução à Programação Neurolinguística (PNL) que decorreu nos dias 05 e 06 de setembro de 2021 em parceria com a ADM Estrela. O curso teve a duração de 20h em regime presencial e contou com a presença do formador Ricardo Mendoza
 - Ação de Formação “Aprendizagem e Perturbações da Leitura e da Escrita” (dias 06 e 11 de novembro) com a duração de 12h com a Drª Dina Caetano Alves. A formação foi realizada em parceria com a Disbedo e com SPRC (Sindicato dos Professores da Região Centro)
- Atribuição de uma nova sede, Estabelecimento de um contrato de comodato com a Câmara Municipal da Guarda, Alteração de Morada
- Operacionalização do Projeto +COESO
- Elaboração e aprovação de diferentes projetos
- Contratação de uma técnica a tempo inteiro



Evolução da situação económica e financeira

Da análise das contas de exploração da APAFID, constata-se que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi positivo em 2020 e 2021. Para esse facto, contribuiu fundamentalmente a rubrica de serviços prestados em 2020 e em 2021, a rubrica de serviços prestados e de subsídios.

Rubrica	2020	2021
Vendas e serviços prestados	14.800,24	37.631,48
Subsídios à exploração	669,33	15.592,50
Fornecimentos e serviços externos	10.170,98	18.488,71
Gastos com o pessoal	591,21	14.108,76
Imparidades de dívidas a receber		
Reversão de Imparidade		
Outros rendimentos e ganhos		3.989,86
Outros gastos e perdas	11,62	112,17
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4.695,76	24.504,20
Depreciação e de amortização		114,41
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.695,76	24.559,79
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		0,05
Resultados antes de impostos	4.695,76	24.359,74
Imposto sobre rendimento do período		
Resultado líquido do período	4.695,76	24.359,74



Relatório e Contas 2021 - APAFID

Face aos meios financeiros da associação não existe necessidade de recorrer a financiamentos bancários, pelo que os custos de financiamento têm sido nulos. Em termos de resultados líquidos dos períodos, 2021 apresentou resultado líquido e verificou-se no presente exercício uma continuação dos resultados positivos, implicando assim que, as reservas acumuladas contabilizadas, em 31/12/2021 são de 30.542,24 euros.

No mapa quadro abaixo apresenta-se a evolução patrimonial e financeira da associação para o período de 2020 a 2021.

RUBRICAS	2020	2021
ACTIVO		
Activo Não Corrente		
Ativos Fixos tangíveis		2.455,20
Investimentos Financeiros		88,49
Activo Corrente		
Outras contas a receber		58.299,77
Caixa e Depósitos bancários	6.548,96	13,35
Diferimentos		7.804,01
Total Activo	6.548,96	68.660,82
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS		
Resultados transitados	1.486,74	6.182,50
Resultado líquido do exercício	4.695,76	24.359,74
Total Fundos Próprios	6.182,50	30.542,24
PASSIVO		
Passivo Corrente		
Fornecedores	40,61	61,79
Estado e outros entes públicos	282,50	631,44
Diferimentos		37.422,00
Outras contas a pagar	43,35	3,35
Total Passivo	366,46	38.118,58
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	6.548,96	68.660,82

Sabendo que o balanço reflete a situação financeira de uma entidade em determinado momento do tempo, afigura-se referir a posição financeira da APAFID em 31 de Dezembro de 2021:

- O total do ativo era de 68.660,82 euros, sendo de realçar que o ativo não corrente é de 2.543,69€ e o corrente de 66.117,13;

- As rubricas mais importantes do ativo corrente são as disponibilidades ou seja liquidez, cifrando-se em 7.804,01 euros. Neste valor estão incluídos meios financeiros de caixa e depósitos bancários. E as outras contas a receber, que refletem as importâncias a receber do projeto +CO3SO e os acréscimos de proveitos, e que somam 58.299,77€.

No final do ano, o passivo da APAFID era de 38.118,58€, 61,79€ a fornecedores, 631,44€ a estado e outros entes públicos, 3,35€ a outros devedores e credores e 37.422,00€, referente aos proveitos a reconhecer em exercícios posteriores, referente ao projeto +CO3SO.

Na senda do exposto, os fundos próprios são de 30.542,24 euros, fundamentalmente, em consequência dos resultados obtidos ao longo dos anos.

Em conclusão poder-se-á concluir que a realidade económica e financeira da APAFID tem sido positiva, quer ao longo do período de abordagem, quer no final de 2021, assegurando uma boa liquidez.

Comparação com o ano anterior

No período de 2021, a Associação obteve do ponto de vista económico os seguintes resultados:

- A totalidade dos rendimentos foram de 57.213,84 euros, enquanto no ano anterior tinham sido no valor de 14.800,24 euros, registando um aumento de 386,57%, face ao período anterior.
- Os gastos e perdas do período tiveram a mesma tendência dos rendimentos ou seja foram de 32.854,10 euros, enquanto no ano de 2020 tinham sido no valor de 10.773,81 euros, que corresponde um aumento de 305,00%.
- O valor do resultado líquido do período sofreu um acréscimo de valor, sendo positivo de 24.359,74 euros, enquanto no ano anterior tinha sido positivo de 4.695,76 euros.

Do ponto de vista patrimonial e financeiro em comparação com o período de 2021 apresentou os seguintes elementos:

- O ativo atingiu o valor de 68.660,82 euros, enquanto no ano transato tinha sido de 6.548,96 euros.
- No final do ano, o passivo da APAFID era de 38.118,58 euros, sendo que em 2020 era de 366,46 euros.
- Os fundos próprios aumentaram em termos líquidos em 20.359,74 euros, diretamente influenciados com a incorporação do resultado líquido do ano transato em resultados transitados, e também do resultado líquido positivo verificado no presente ano.

Assinado
[Assinatura]
Sacilhos

Aplicação do resultado líquido do exercício económico

Relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício, positivo, de 24.359,74 euros (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos), a Direção propõe que transite para a conta resultados transitados.

Balanço

Balanço (SNC ESNL)

253 APAFID
 6300-678 Guarda
 509765637

RUBRICAS	NOTAS	D A T A S	
		2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2.455,20	2.455,20
Investimentos financeiros		88,49	88,49
Activo corrente			
Outras contas a receber		58.299,77	58.299,77
Diferimentos		13,35	13,35
Caixa e depósitos bancários		7.804,01	7.804,01
Total do activo ...		68.660,82	68.660,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados		6.182,50	6.182,50
Resultado líquido do período		24.359,74	24.359,74
Total dos fundos patrimoniais...		30.542,24	30.542,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas			
Passivo corrente			
Fornecedores		61,79	61,79
Estado e outros entes públicos		631,44	631,44
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		3,35	3,35
Diferimentos		37.422,00	37.422,00
Total do passivo...		38.118,58	38.118,58
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		68.660,82	68.660,82

Guarda, 30 de março de 2022

Contabilista Certificado

[Assinatura]

O Representante Legal

[Assinatura]

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

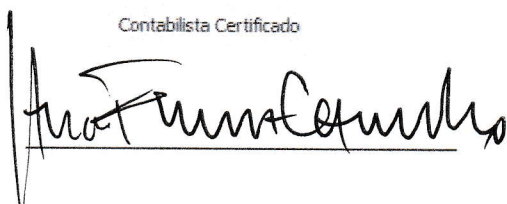
253 APAFID
6300-678 Guarda
509765637


RUBRICAS	NOTAS	PERIodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados			37.631,48
Subsídios, doações e legados à exploração			15.592,50
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos			18.488,71
Gastos com o pessoal			14.108,76
Imperícia de inventários (perdas/reversões)			
Imperícia de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imperícias (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos			3.989,86
Outros gastos e perdas			112,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			24.504,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			144,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			24.359,79
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			0,05
Resultado antes de impostos			24.359,74
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período			24.359,74

Guarda, 30 de março de 2022

Contabilista Certificado

O Representante Legal





Anexo às demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a moeda utilizada no ambiente económico em que a Associação opera.

A Direção é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da associação, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

No anexo apenas serão relatados os pontos que merecem comentários sobre a situação económica e financeira da APAFID no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e comparativamente com o período anterior.

Formosa
Santos
Will
h

1. Identificação da entidade

A APAFID é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com o número de identificação fiscal 509765637, fundada em 2010, que tem a sua sede social na Rua Formosa, número 62, rés-do-chão esquerdo, concelho e freguesia da Guarda.

Conforme o disposto no Artigo 2º dos Estatutos, a Associação tem por fim apoiar crianças, jovens e adultos disléxicos e seus familiares.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2018, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 e após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Apurados
[assinatura]

[assinatura]

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método de base linear, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas para cada grupo de bens:

Deste modo, as depreciações foram calculadas com base nas taxas constantes no Decreto Regulamentar n.º 2/1990 de 12 de Janeiro e no Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo ou “Outros gastos e perdas”.

b) Instrumentos financeiros

b.1) Dívidas de clientes

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b.2) Dívidas de associadas

As dívidas de associadas são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de outros devedores (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação tem em consideração informação de mercado que demonstre que a associada está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b.3) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

b.4) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes do caixa” correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

c) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes

receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

d) Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem apenas o efeito dos impostos correntes. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das operações quando a entidade exerce uma atividade de natureza comercial, industrial e/ou de prestação de serviços.

e) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios", independentemente da data do seu recebimento, no período a que dizem respeito. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

f) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, a Direção da associação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Secretaria
Assessoria
Contabilidade
Assessoria

[Assinaturas]

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31.12.2021 e em 31.12.2020 o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	2021	2020
Caixa	4.933,30	4.771,49
Depósitos bancários	2.870,71	1.777,47
Totais	7.804,01	6.548,96

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada.

b) Método de depreciação usado

A associação amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do exercício são calculadas de acordo com o referido na nota 3.1a).

5.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

5.3. Depreciação acumulado no final do período

6. Réditos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A associação reconhece os réditos de acordo com o seguinte critério:

a) Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do Balanço.

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida durante o período incluindo o crédito proveniente de:

6.3 - Repartição das prestações de serviços por mercados

7. Contabilização dos Subsídios, doações e legados à exploração

7.1. Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício.

7.2. Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

8. Acontecimentos após a data do balanço

8.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção no dia 29 de Março de 2021. No entanto os associados poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

8.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não existem informações adicionais acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

9. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Handwritten signatures and initials:
 H. H. Fonseca
 S. Santos
 (Circular stamp)

A Direção entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras nos anos subsequentes.

9.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

9.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

10. Instrumentos financeiros

10.1. Bases de mensuração

É política da associação reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

10.2. Ativos e passivos financeiros

Não Aplicável

10.3. Diferimentos

Não Aplicável

10.4. Instrumentos de capital próprio

No decurso do exercício ocorreram os seguintes movimentos nas várias rubricas de Fundos Patrimoniais:

Fundos Patrimoniais	2019				2020		
	Inicial	Reforço	Diminuições	Final	Reforço	Diminuições	Final
Resultados Transitados	1.486,74	4.695,76		6.182,50	394,71		1.486,74
Resultado Líquido do Período	4.695,76	24.359,74	4.695,76	24.359,74	4.301,05		4.695,76

11. Outras informações

11.1. Imparidades acumuladas de dívidas a receber

11.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31.12.2021 e em 31.12.2020 as rubricas de “Fornecimentos e serviços externos” apresentavam a seguinte composição:

Fornecimento e serviços externos	2021	2020
Serviços Especializados	16.293,32	8.787,59
Honorários	9.086,47	8.068,04

Relatório e Contas 2021 - APAFID

Conservação e reparação	3.382,50	67,65
Materiais	749,61	1.059,56
Serviços diversos	1.445,78	323,83

11.3. Gastos com pessoal

Não Aplicável

11.4. Outros rendimentos

Não Aplicável

11.5. Outros gastos

Não Aplicável

11.6. Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Não Aplicável

12. Remunerações dos órgãos sociais

Durante o exercício económico os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Direção, Direção de Projetos e Conselho Fiscal) não auferiram qualquer remuneração, nomeadamente senhas de presença, ajudas de custos e compensação pela utilização da sua própria viatura.

Guarda, 29 de Março de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado

x Maria Angélica Bedo Ribeiro

x Daniel Manuel Dias de Sousa

+ António Andréis Soares

+ Sara Teixeira

